



Ata nº 042 da Sessão Ordinária nº 042, de
24 de junho de 2014.

Às nove horas do dia vinte e quatro de junho de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ, JOSÉ CARLOS ARAÚJO** e do Conselheiro substituto **SÉRGIO DANTAS**, convocado nos termos da Portaria nº 0718/2014, ausência justificada dos Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES e SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor ALEXANDRE CUNHA para apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II do artigo 72 do RI/TCM. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 028/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 520012007-00; Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Dulcídio Ferreira Pinheiro; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.666, de 18.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com recolhimentos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Oeiras do Pará, que sejam reprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará, exercício 2007, de responsabilidade do Sr. Dulcídio Ferreira Pinheiro, que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, o seguinte: I – Aos Cofres Municipais: I.1 – R\$-51.600,00 (cinquenta e um mil e seiscentos reais), a título de recolhimento dos pagamentos indevidos de subsídios aos Srs. Prefeito e Vice-Prefeito do Município; I.2 – R\$-2.242,85 (dois mil, duzentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), a título de recolhimento pela emissão de cheques sem fundo. II – Ao FUMREAP: II.1 – R\$-10.000,00 (dez mil reais), a título de multa, com base no Art. 282, I, alínea "b" do Regimento Interno deste Tribunal: de diferença na contabilização da Receita Orçamentária; diferenças na Execução Financeira face a consolidação com a prestação de contas da CM, FMS, FME e do Fundo de Previdência (FAPEM); diferença financeira gerando lançamento à conta Receita a Comprovar da PM no valor de R\$-509.724,05 (quinhentos e nove mil, setecentos e vinte e quatro reais e cinco centavos), e da não apropriação e recolhimento das obrigações patronais dentro do exercício. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Oeiras do Pará a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará, exercício 2007, de responsabilidade do Sr. Dulcídio Ferreira Pinheiro, que deverá recolher no prazo de 30 (trinta) dias: I – aos Cofres



40 Municipais: I.1 – R\$-51.600,00 (cinquenta e um mil e seiscentos reais), a título de recolhimento dos
41 pagamentos indevidos de subsídios aos Srs. Prefeito e Vice-Prefeito do Município; I.2 – R\$-2.242,85
42 (dois mil, duzentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), a título de recolhimento pela
43 emissão de cheques sem fundo; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público
44 Estadual. **Por maioria:** II – Ao FUMREAP: II.1 – R\$-10.000,00 (dez mil reais), a título de multa,
45 com base no Art. 282, I, alínea “b” do Regimento Interno deste Tribunal pela diferença na
46 contabilização da Receita Orçamentária; diferenças na Execução Financeira em face a consolidação
47 com a prestação de contas da CM, FMS, FME e do Fundo de Previdência (FAPEM); diferença
48 financeira gerando lançamento à conta “Receita a Comprovar” da PM no valor de R\$-509.724,05
49 (quinhentos e nove mil, setecentos e vinte e quatro reais e cinco centavos), e da não apropriação e
50 recolhimento das obrigações patronais dentro do exercício. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto
51 a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos
52 Araújo. **Processo nº 880012009-00; Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará; Prestação**
53 **de Contas de Governo – Exercício 2009; Responsável: Elias Guimarães Santiago; Instrução: 2ª**
54 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar**
55 **Colares; Publicado no DOE nº 32.666, de 18.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o
56 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer
57 prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
58 Relator proferiu seu **VOTO:** “*pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de*
59 *Concórdia do Pará a não aprovação das contas de Governo da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de*
60 *2009, de responsabilidade de Elias Guimarães Santiago, face o descumprimento do Art. 19, Inciso III, da LRF*
61 *e a abertura de crédito especial sem Lei autorizativa. Devendo o Ordenador recolher ao FUMREAP/TCM multa*
62 *no valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pelo descumprimento do Art. 19, Inciso III, da LRF, nos termos do*
63 *Art. 282, I-B, do RI/TCM/Pa e o não envio da Lei que autorizou a abertura de crédito especial. Encaminhe-se*
64 *cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*”. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o
65 Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na
66 íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A
67 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer
68 prévio recomendando à Câmara Municipal de Concórdia do Pará a não aprovação das contas de
69 Governo da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Elias
70 Guimarães Santiago, face o descumprimento do Art. 19, Inciso III, da LRF e a abertura de crédito
71 especial sem Lei autorizativa; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao
72 FUMREAP/TCM multa no valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pelo descumprimento do Art. 19,
73 inciso III, da LRF, nos termos do Art. 282, I-B, do RI/TCM/Pa e o não envio da Lei que autorizou a
74 abertura de crédito especial. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao
75 FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
76 **70042011-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Anajás; Prestação de Contas –**
77 **Exercício 2011; Responsável: Emerson do Socorro Gonçalves Alves; Instrução: 2ª Controladoria;**
78 **Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado**
79 **no DOE nº 32.666, de 18.06.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 672712012-00; Fundo**



80 **Municipal de Santa Cruz do Arari;** Prestação de Contas – Exercício 2012; Responsável: Ediene
81 Pamplona Bentes; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;
82 Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.666, de 18.06.2014.** Cumprindo
83 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
84 pela não aprovação das contas, com recolhimento, multa e encaminhamento de cópia dos autos ao
85 Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
86 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não
87 aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz do Arari, exercício financeiro de
88 2012, de responsabilidade de Ediene Pamplona Bentes, pelas falhas gravíssimas e danosas ao Erário,
89 conta "Agente Ordenador" no valor de R\$-303.737,24 (trezentos e três mil, setecentos e trinta e sete
90 reais e vinte e quatro centavos), o descumprimento da EC nº 29/2000, assim como a ausência de
91 processos licitatórios no montante de R\$-760.661,28 (setecentos e sessenta mil, seiscentos e
92 sessenta e um reais e vinte e oito centavos), com os seguintes recolhimentos: - aos Cofres
93 Municipais: - R\$-303.737,24 (trezentos e três mil, setecentos e trinta e sete reais e vinte e quatro
94 centavos), relativo a devolução pelo valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente
95 atualizado; - ao FUMREAP/TCM: - R\$-3.000,00 (três mil reais), multa pela remessa intempestiva da
96 prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres, nos termos do Art. 284, I, II e IV do RI/TCM/Pa,
97 - R\$-3.000,00 (três mil reais), pela ausência da totalidade dos créditos adicionais, do parecer do
98 Conselho Municipal de Saúde, da relação de bens móveis e dos Contratos Temporários, com
99 fundamento no caput do Art. 284, do RI/TCM/Pa; - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), multa pelas
100 divergências no valor total das transferências, na despesa orçamentária, no saldo inicial e final, na
101 despesa orçamentária, pela não apropriação dos encargos patronais e o descumprimento da EC nº
102 29/2000 (saúde), com fulcro do Art. 282-I, B, do RI/TCM/Pa; - R\$-10.000,00 (dez mil reais), multa
103 sobre as despesas de R\$-303.737,24 (trezentos e três mil, setecentos e trinta e sete reais e vinte e
104 quatro centavos), não licitadas, com base no Art. 57 da LC nº 084/2012; cópia dos autos deve ser
105 encaminhada ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José
106 Carlos Araújo. **Processo nº 802172010-00; Fundo Municipal de São Sebastião da Boa**
107 **Vista;** Prestação de Contas– Exercício 2010; Responsável: Delcimar de Souza Viana; Instrução: 2ª
108 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar
109 Colares; **Publicado no DOE nº 32.666, de 18.06.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
110 **273972005-00; Fundo Municipal de Saúde de Conceição do Araguaia;** Prestação de Contas
111 – Exercício 2005; Responsável: Domingas Alves de Souza (Período 01.01. a 31.08.2005) e Edivarde
112 Gomes de Farias (Período 01.09 a 31.12.2005); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público:
113 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro substituto Sérgio Dantas; **Publicado no DOE**
114 **nº 32.666, de 18.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
115 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**
116 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
117 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de
118 Conceição de Araguaia, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade da Sra. Domingas Alves de
119 Souza (período de 01.01. a 31.08.2005), e da Sra. Edivarde Gomes Farias (período de 01.09 a



31.12.2005), com a expedição dos Alvarás de Quitação nos valores de R\$-3.740.756,10 (três milhões, setecentos e quarenta mil, setecentos e cinquenta e seis reais e dez centavos) e R\$ - 3.080.426,74 (três milhões, oitenta mil, quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos), respectivamente. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201311202-00; Prefeitura Municipal de Bonito; Recurso de Reconsideração contra a Decisão do Acórdão 23.817/13, de 06.06.13 (Prestação de Contas de 2009); Responsável: Antonio Corrêa Neto; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José; Publicado no DOE nº 32.666, de 18.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, no sentido de alterar a decisão objeto do Acórdão nº 23.817/2013-TCM, de 06.06.2013, para aprovar as contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Bonito, exercício de 2009, de responsabilidade de Antônio Corrêa Neto, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-18.226.058,07 (dezoito milhões, duzentos e vinte e seis mil, cinquenta e oito reais e sete centavos). Permanece, entretanto, o não envio de parte dos contratos temporários e a não comprovação de despesa no valor de R\$-2.562,00 (dois mil, quinhentos e sessenta e dois reais), em razão do que proponho a redução da multa ao FUMREAP para R\$ - 9.000,00 (nove mil reais)". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a diminuição do valor da multa em 50%. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, para alterar a decisão objeto do Acórdão nº 23.817/2013-TCM, de 06.06.2013, e aprovar as contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Bonito, exercício de 2009, de responsabilidade de Antônio Corrêa Neto, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-18.226.058,07 (dezoito milhões, duzentos e vinte e seis mil, cinquenta e oito reais e sete centavos). **Por maioria:** com a redução da multa ao FUMREAP para R\$-9.000,00 (nove mil reais), diante da permanência da falha referente ao não envio de parte dos Contratos Temporários e da não comprovação de despesa no valor de R\$-2.562,00 (dois mil, quinhentos e sessenta e dois reais). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto ao percentual de redução da multa em 50%. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201319732-00; Câmara Municipal de Bagre; Recurso Ordinário contra a Decisão do Acórdão nº 23.507, de 02.04.2013 – Prestação de Contas – Exercício de 2010; Responsável: Cíntia Jussara costa de Matos; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.666, de 18.06.2014.** Retirado de Pauta. Às dez hora e sete minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 201321155-00; Fundo Municipal de Saúde de Curuá; Recurso Ordinário contra a Decisão do Acórdão nº 24.069, de 27.08.2013 (Prestação de Contas de 2008); Responsável: Paulo dos Santos Rocha; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.666, de 18.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo*



conhecimento e negativa de provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso, mantendo a decisão constante no Acórdão 24.069, de 27.08.2013, pela irregularidade das contas do Fundo Municipal de Saúde de Curuá, com o recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 30 dias, de acordo com o Art. 35 da LC 84/2012 c/c com o Art. 278, § 1º do RITCM/PA, da quantia de R\$-90.570,31 (noventa mil, quinhentos e setenta reais e trinta e um centavos), referente a conta "Agente Ordenador". **Processo nº 201407790-00; Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu; Consulta; Responsável: Arnaldo Santos da Cruz; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Conselheira Mara Lúcia.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201407793-00; Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu; Consulta; Responsável: Arnaldo Santos da Cruz; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Conselheira Mara Lúcia.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201407795-00; Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu; Outros - Consulta; Responsável: Arnaldo Santos da Cruz; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Conselheira Mara Lúcia.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201003950-00; Centro Espírita André Luiz; Prestação de Contas do Convênio nº 019/2010, firmado com a SEMEC/PMB; Responsável: Areosvaldo Nogueira de Andrade; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); Publicado no DOE nº 32.666, de 18.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: "pela aprovação das contas". **Em votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou a proposta de Decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Antonio José e Conselheiro substituto Sérgio Dantas. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201004109-00; Associação Sócio – Cultural Parceira; Prestação de Contas do Convênio nº 029/2010, firmado com a SEMEC/PMB; Responsável: Carlos Nonato de Oliveira Ribeiro; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); Publicado no DOE nº 32.666, de 18.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: "pela aprovação das contas". **Em votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou a proposta de Decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Antonio José e Conselheiro substituto Sérgio Dantas. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201004129-00; Sociedade Beneficente e Cooperativa Cristo Redentor; Prestação de Contas do Convênio nº 003/2010, firmado com a**



SEMEC/PMB; Responsável: Estela Helena Barcellar Cruz; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 32.666, de 18.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: "*pela aprovação das contas*". **Em votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou a proposta de Decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Antonio José e Conselheiro substituto Sérgio Dantas. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201004134-00; Fundação Criança Feliz; Prestação de Contas do Convênio nº 006/2010, firmado com a SEMEC/PMB; Responsável: Nilda Maria Paula Nunes; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado para apresentar proposta de Decisão: Auditor Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); Publicado no DOE nº 32.666, de 18.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: "*pela aprovação das contas*". **Em votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou a proposta de Decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Antonio José e Conselheiro substituto Sérgio Dantas. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201004642-00; Centro Comunitário Cosme e Damião; Prestação de Contas do Convênio nº 027/2010, firmado com a SEMEC/PMB; Responsável: Izaías Galucio Froes; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado para apresentar proposta de Decisão: Auditor Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); Publicado no DOE nº 32.666, de 18.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: "*pela aprovação das contas*". **Em votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou a proposta de Decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Antonio José e Conselheiro substituto Sérgio Dantas. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201004778-00; Sociedade Civil Projeto Vitória Régia; Prestação de Contas do Convênio nº 021/2010, firmado com a SEMEC/PMB; Responsável: Cassandra Santos Costa; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); Publicado no DOE nº 32.666, de 18.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor



apresentou sua proposta de **Decisão:** “*pela aprovação das contas*”. **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou a proposta de Decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Antonio José e Conselheiro substituto Sérgio Dantas. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares.

Processo nº 201405314-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB; Aposentadoria – Portaria nº 0313/2014, de 25.02.2014; Interessado: Antonio Augusto Guimarães Nogueira; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 0313/2014, do Presidente do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB, que concede aposentadoria ao servidor Antônio Augusto Guimarães Nogueira, com proventos discriminados no Ato. **Processo nº 201311395-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal - IPMC;** Aposentadoria – Portaria nº 056/2013, de 08.07.2013; Interessado: Maria Rita Gadelha da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201311565-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal - IPMC;** Aposentadoria – Portaria nº 063/2013, de 15.07.2013; Interessado: Sandra Maria de Oliveira Costa; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201120105-00; Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre;** Aposentadoria – Portaria nº 058/2012 – IPMMA, de 14.08.2012; Interessado: Maria Antonia Vieira Pinto; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201305481-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Paragominas;** Aposentadoria – Portaria nº 10/2013, de 03.04.2013; Interessado: Valdir Pereira Costa; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201305482-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Paragominas;** Aposentadoria – Portaria nº 11/2013, de



03.04.2013; Interessado: Palmira Melo Vieira; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201220111-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1577/12, de 22.11.12**; Interessado: Rui Daniel Silva Ferreira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201220361-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1621/12, de 03.12.12**; Interessado: Elizenda Xavier da Cruz; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201311205-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Marabá; Aposentadoria – Portaria nº 1082/132, de 23.15.14**; Interessado: Carmelita de Souza dos Santos; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201009012-00; IPAMB/PMB; Pensão – Portaria nº 0197/14, de 05.02.14**; Interessado: José Raimundo da Silva Sena, Viúvo da Ex – Servidora Ativa Violante Sarmanho Costa; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 10012004-00; Prefeitura Municipal de Abaetetuba; Prestação de Contas de 2004**; Interessado: Francisco Maués Carvalho – Falecido; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Auditor Convocado Alexandre Cunha. Publicado no DOE nº 32.666, de 18. 06.2014. Retirado de Pauta. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e vinte minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e quatro de junho de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão